



Senado cancela sessões em homenagem a José Alencar

Ex-vice-presidente morreu ontem, vítima de câncer. Notícia comoveu o Plenário, que exaltou qualidades do líder político mineiro. Presidente Sarney cancela sessões deliberativas e trabalho das comissões em sinal de pesar

Arquivo Agência Brasil

José Alencar, 79 anos, passou os últimos 13 lutando contra um câncer no intestino. Ex-senador, foi vice-presidente da República e reconhecido pelo próprio Luiz Inácio Lula da Silva como peça essencial em sua vitória



☆ 17/10/1931

† 29/3/2011

O Senado se comoveu ontem com a morte do ex-vice-presidente da República e ex-senador José Alencar, aos 79 anos, vítima de câncer no intestino. A notícia chegou ao Plenário quando se

fazia uma homenagem ao ex-governador paulista Mario Covas. Os senadores se revezaram para destacar as qualidades de Alencar: franqueza, coragem, determinação, compromisso com o setor produtivo,

exemplo de resistência e de amor à vida. O presidente do Senado, José Sarney, em sinal de pesar, cancelou as atividades do Plenário e das comissões de hoje e a sessão deliberativa de amanhã. **4 e 5**

Plenário exalta honestidade e coragem como marcas de Covas **6**

Após sabatina, comissão aprova dois conselheiros para o Cade **8**

Aldo Rebelo (E) fala na CRA, ao lado de Rodrigo Rollemberg, Kátia Abreu, Ivo Cassol e Acir Gurgacz



Aldo defende um código florestal que sirva ao país

Relator do projeto na Câmara diz que dever do Congresso é legislar para proteger a natureza, a agricultura e as pessoas. **3**

Voto em lista fechada é nova sugestão para reforma política **2**

Esporte olímpico deverá ser estimulado em escola pública **7**

Conforme modelo aprovado pelo colegiado, eleitores votam no partido político, que já terá definido uma lista de candidatos. Sistema seria utilizado nas eleições para deputados federais, estaduais e distritais e vereadores

Comissão aprova sistema eleitoral proporcional com lista fechada

OS SENADORES DA Comissão Especial de Reforma Política aprovaram por 9 votos a 7, no início da noite de ontem, a adoção do sistema de lista fechada nas eleições proporcionais e rejeitaram o chamado "distritão". O sistema acolhido integrará o anteprojeto que o colegiado vai consolidar ao final de seus trabalhos e será submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

No sistema proporcional com lista fechada, o eleitor vota no partido, que já terá definido (em convenção partidária) uma lista de candidatos pré-ordenada. Com isso, o eleitor que vota em determinado partido expressa seu apoio a essa lista, mas não pode alterá-la nem demonstrar qual é o candidato de sua preferência.

O número de vagas que cada partido conquista numa eleição segue a mesma proporção de votos obtidos pelo partido frente ao total de votos válidos. A lista já vem definida pelos partidos e os eleitos são declarados de acordo com a ordem apresentada pelo respectivo partido. Esse sistema existe em países como Portugal, Espanha e África do Sul.

Atualmente, o Brasil adota o sistema proporcional com lista aberta, podendo os eleitores votar em um candidato ou em um partido nos pleitos para deputados (estaduais, federais



Na reunião de ontem, os senadores da Comissão Especial de Reforma Política rejeitaram o chamado distritão

ou distritais) e vereadores. Já nas eleições para presidente, governador, senador e prefeito é usado o sistema majoritário.

Votaram favoravelmente ao sistema proporcional com lista fechada os senadores Jorge Viana (PT-AC), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Wellington Dias (PT-PI), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Roberto Requião (PMDB-PR), Luiz Henrique (PMDB-SC), Humberto Costa (PT-PE), Demóstenes Torres (DEM-GO) e Ana Rita (PT-ES).

Votaram pelo chamado distritão a senadora Ana Amélia (PP-RS) e os senadores Eduardo

Braga (PMDB-AM), Fernando Collor (PTB-AL), Itamar Franco (PPS-MG), Vicentinho Alves (PR-TO), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Francisco Dornelles (PP-RJ).

Por preferirem o sistema distrital misto com lista fechada, se abstiveram os senadores Aécio Neves (PSDB-MG), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Pedro Taques (PDT-MT).

Consulta

Os senadores Itamar, Taques e Moka querem que as decisões referentes à reforma política sejam submetidas posteriormente

a consulta popular. Os senadores do PSDB, além de Requião e Jorge Viana, anunciaram que, quando o anteprojeto for submetido à CCJ e ao Plenário, apresentarão emendas para tentar alterar o sistema escolhido ontem.

A comissão volta a se reunir no dia 5 de abril, para discutir financiamento de campanha, cláusula de desempenho, filiação partidária, domicílio eleitoral e fidelidade partidária.

Antes de iniciar a reunião, os integrantes da comissão fizeram um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-vice-presidente e ex-senador José Alencar.

Executivas cobram mais participação

Acompanhadas pelas senadoras Gleisi Hoffmann (PT-PR) e Ana Rita (PT-ES), cerca de 50 representantes do Espaço Mulheres Executivas do Paraná visitaram ontem o presidente do Senado, José Sarney, para oferecer apoio a pontos considerados prioritários na agenda legislativa.

As empresárias observaram que, apesar do avanço da participação feminina no mercado de trabalho, ainda existe resistência à presença das mulheres em cargos de direção em empresas no Brasil. Por isso, elas reivindicam, por exemplo, uma legislação que imponha metas para a representação de mulheres em conselhos e na alta direção das estatais do país.

Sarney assinalou que a eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República é uma prova da ascensão feminina em postos de destaque no país. O parlamentar reiterou, no entanto, que o Senado dará toda a ajuda necessária para promover oportunidades para as mulheres no mercado de trabalho.

– Hoje, as mulheres são uma força importante para o progresso do país – disse o presidente do Senado.

Segundo Gleisi Hoffmann, as mulheres ainda sofrem preconceito no país e enfrentam desafios na hora de conciliar a vida pessoal com a carreira. Ela defende, por exemplo, a adoção de horários mais flexíveis, com metas em produtividade, e a criação de creches para maior amparo às mulheres que atuam no mercado de trabalho.

Senado lança aplicativo gratuito para iPhone

Aplicativo do Senado para iPhone com notícias da Agência Senado, agenda da Casa, perfis e contatos dos senadores foi lançado ontem em cerimônia no gabinete do presidente José Sarney.

– No Senado, procuramos estar sempre atualizados com o que acontece na comunicação. Tanto que fomos pioneiros em levar a TV Senado para a internet – destacou Sarney.

O aplicativo pode ser baixado no link <http://itunes.apple.com/br/app/senado-federal/id420101201?mt=8&ls=1>.

O presidente do Senado informou que rapidamente devem ser incluídos serviços como informações sobre tramitação de projetos, ordem do dia, pautas de votação, áudios e vídeos, integração com redes sociais e acesso ao conteúdo do **Jornal do Senado**. Sarney também disse que serão feitas versões do aplicativo para outras plataformas, como Android e iPad.

O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social (Secs), Fernando Cesar Mesquita, disse que a sociedade precisa fiscalizar seus representantes.

– E no Senado a população tem todas as ferramentas para fiscalizar – disse.

Mesquita destacou que, como o aplicativo foi desenvolvido por técnicos do Senado, o único custo para o Legislativo será de US\$ 99, anualmente, para manter o produto na Apple Store, a loja *on-line* da empresa que fabrica o aparelho. Presenciaram a cerimônia vários blogueiros, a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, a diretora do Prodasen, Cláudia Lopes Nogueira, e diretores dos veículos de comunicação do Senado.



Empresárias paranaenses são recebidas por José Sarney e pelas senadoras Gleisi Hoffmann (ao lado de Sarney) e Ana Rita



Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secs (D): Senado oferece as ferramentas para a sociedade fiscalizar seus representantes

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Luto Plenário e comissões sem atividades

Hoje não haverá sessão do Plenário nem reunião de comissões em razão do falecimento do ex-senador e ex-vice-presidente da República José Alencar.

Presidência Velório de José Alencar

8h30 José Sarney comparece à Base Aérea de Brasília para receber o corpo de José Alencar, que será velado no Palácio do Planalto.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Senadores vão discutir soluções para o Nordeste

Um grupo de senadores deve percorrer 11 estados em um amplo programa de debate de soluções para os problemas do Nordeste. O anúncio foi feito ontem pelo senador Wellington Dias (PT-PI), ao tomar posse como presidente da subcomissão permanente para o desenvolvimento da região.

Os demais integrantes são o vice-presidente Eduardo Amorim (PSC-SE), Lídice da Mata (PSB-BA), Vital do Rêgo (PMDB-PB) e Maria do Carmo Alves (DEM-SE), além dos suplentes José Pimentel (PT-CE), Magno Malta (PR-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Wilson Santiago (PMDB-PB) e Cícero Lucena (PSDB-PB).

Na próxima terça-feira, às 9h, os senadores devem acertar o plano de trabalho da subcomissão, com a definição de 11 temas prioritários. Esses temas devem ser discutidos nos nove estados nordestinos e em Minas Gerais e Espírito Santo, que têm respectivamente 168 e 28 municípios na área de influência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Temas

Wellington Dias citou alguns temas que podem ser analisados nessas audiências públicas, como desertificação da Caatinga, turismo, mineração, infraestrutura, atração de investimentos privados e políticas sociais.

O senador José Pimentel sugeriu como ponto de partida dos debates o Projeto Áridas, que resultou de discussões da Comissão Especial Mista sobre Desequilíbrio Econômico Inter-regional Brasileiro, criada pelo Congresso Nacional em 1991 e presidida pelo então senador Beni Veras. Esse projeto acabou sendo implementado pelo Executivo, já que Beni Veras tornou-se ministro do Planejamento no governo Itamar Franco (1992-1994).

Pimentel disse que outro tema urgente da comissão é a inclusão de municípios no Semiárido – sub-região nordestina em que o governo oferece incentivos diferenciados para melhorar indicadores sociais e de qualidade de vida da população.

Relator defende a redução para 15 metros das matas nas margens de rios com até cinco metros de largura, para viabilizar pequenas propriedades, bem como proposta de dispensar da recomposição da reserva legal áreas de até quatro módulos

Senadores da CMA e da CRA debatem com deputado, em audiência pública conjunta, texto que aguarda votação do Plenário da Câmara



José Cruz/Senado Federal

Reforma do Código Florestal deve servir ao país, afirma Aldo Rebelo

“A SOCIEDADE, O povo e a nação esperam que o Congresso legisle para proteger o meio ambiente, para proteger a agricultura, para proteger a natureza e para proteger as pessoas.” Foi dessa forma que o deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) justificou sua proposta de reformulação da legislação florestal.

O deputado participou na manhã de ontem de audiência conjunta das comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), onde discutiu com os senadores o substitutivo que apresentou ao PL 1.876/99, que reformula o Código Florestal (Lei 4.771/65). O texto aguarda votação no Plenário da Câmara, para então ser enviado para exame no Senado.

Aldo Rebelo relatou informações colhidas em diversas audiências públicas realizadas desde que assumiu a relatoria do projeto, em 2009, das quais

participaram, entre outros, representantes de órgãos estatais de gestão ambiental, de entidades não governamentais, de entidades representativas do setor agrícola, de institutos de pesquisa e universidades. O deputado se emocionou ao lembrar problemas vividos por agricultores devido a mudanças feitas no Código Florestal nos últimos anos, em especial nas dimensões da área de reserva legal (ARL) e da área de preservação permanente (APP).

– Uma das resoluções do Conama [Conselho Nacional do Meio Ambiente] mudou o conceito de várzea, de tal forma que levou para a ilegalidade o boi criado há 270 anos no Pantanal. Levou para a ilegalidade 75% do arroz produzido no país, que é produzido em várzea – exemplificou.

Mata ciliar

Aldo defendeu a redução, para 15 metros, das matas nas margens de rios com até cinco metros de largura, para viabili-

zar pequenas propriedades que tenham em seu interior pequenos cursos d’água.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), presidente da CMA, ponderou que as APPs, além da proteção dos rios, ajudam na produtividade agrícola, ao favorecer, por exemplo, uma melhor polinização. Em razão disso, Rollemberg considera prudente manter a regra hoje em vigor, que prevê 30 metros de mata ciliar.

O deputado também defendeu sua proposta de dispensar áreas de até quatro módulos fiscais da recomposição da reserva legal. Às demais, seria permitido computar a área de preservação permanente no cálculo da reserva legal, sem os limites do atual Código Florestal. Ele disse que está estudando demanda da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) para reduzir à metade a dimensão de mata ciliar em propriedades de agricultura familiar, mediante autorização de órgãos técnicos.

Senadores pedem equilíbrio e bom senso

No debate em torno do Código Florestal, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Sérgio Petecão (PMN-AC) e Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) defenderam o equilíbrio entre agricultura e preservação ambiental. “As florestas não podem ser vistas como inimigas do desenvolvimento”, disse Jorge Viana (PT-AC).

Luiz Henrique (PMDB-SC) frisou que a União deveria traçar normas gerais sobre meio ambiente e, cada estado, leis específicas. Eduardo Braga (PMDB-AM) propôs uma política de pagamento por serviços ambientais, com implantação concomitante à reformulação do código.

Acir Gurgacz (PDT-RO), Blairo Maggi (PR-MT) e Jayme Campos (DEM-MT) condenaram a punição de quem desmatou antes da publicação do Decreto 6.514/08, que estabeleceu multa para as infrações. Ana Amélia (PP-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ivo Cassol (PP-RO) temem que a entrada em vigor da cobrança de multas, em junho, inviabilize muitos agricultores. Kátia Abreu (DEM-TO) pediu a abolição das áreas de reserva legal.

Por sua vez, Ana Rita (PT-ES) lembrou compromissos internacionais de proteção ao meio ambiente, e Pedro Taques (PDT-MT) vê omissão do Congresso na formulação de regras ambientais.



Exposição de Aldo Rebelo (E) é acompanhada pelos presidentes da CMA, Rodrigo Rollemberg, e da CRA, Acir Gurgacz

José Cruz/Senado Federal



Wellington Dias cita pelo menos cinco temas para análise da subcomissão

Gemilino Maggela/Senado Federal

Braga acredita na construção de um consenso

Eduardo Braga (PMDB-AM) disse ontem em Plenário acreditar na construção de um consenso em torno da proposta do novo Código Florestal que assegure avanços ao agronegócio e melhoria na qualidade de vida dos amazônidas.

O senador ressaltou que as pessoas que vivem na floresta não deveriam ser punidas, mas reconhecidas por sua importância e valor como protetores da biodiversidade e das águas, bem como prestadores de serviços à

Humanidade.

Braga assinalou que o Brasil assumiu papel de liderança mundial na área ambiental, “graças ao maior e mais eficiente programa de sustentabilidade que foi a Zona Franca de Manaus”.

Ele relatou que, no último fim de semana, realizou-se em Manaus o 2º Fórum Mundial de Sustentabilidade, com a presença de lideranças nacionais e internacionais como o ex-presidente americano Bill Clinton.



Senador quer avanços para os amazônidas e o agronegócio

Lia de Paula/Senado Federal

JOSÉ SARNEY

O presidente do Senado informou que, em decisão tomada com a Câmara dos Deputados, não haverá sessão do Plenário ou de comissões hoje nem sessão deliberativa amanhã, e conclamou os colegas senadores a fazer um minuto de silêncio em homenagem à memória de José Alencar.

ROMERO JUCA

Para o líder do governo, "o Brasil está de luto, perde um exemplo, um lutador, que o povo se acostumou a ver na televisão, na sua forma peculiar de clareza e de esperança, lutando contra o câncer, lutando contra o que ele entendia que não era o melhor para o país".

HUMBERTO COSTA

A dedicação do ex-vice-presidente do Brasil foi lembrada pelo líder do PT, para quem Alencar é um grande brasileiro, que deixa uma lição de vida a todo o país. — Foi um homem que se dedicou a esse país em todos os momentos de sua vida e de sua história.

INÁCIO ARRUDA

Lembrou a parceria entre o empresário José Alencar e o ex-operário e líder sindical Lula, uma aliança política "fantástica", que contribuiu muito para o desenvolvimento do país. Ressaltou que as diferenças eram apenas aparentes, pois os dois eram homens simples do povo, sem formação acadêmica.

VALDIR RAUPE

— O Brasil está chorando pela morte desse grande mineiro e brasileiro, homem leal que foi vice-presidente de Luiz Inácio Lula da Silva por dois mandatos — disse o presidente do PMDB, que mencionou os incessantes apelos pela diminuição das taxas de juros e o exemplo de perseverança contra o câncer.

BENEDITO DE LIRA

Apresentou, em nome do PP, as condolências à família do ex-vice-presidente José Alencar e ao povo de Minas Gerais. O senador lembrou que, quando Lula convidou Alencar para compor a candidatura à Presidência da República, em 2002, "acalmou" o setor produtivo brasileiro.

CLÉSIO ANDRADE

O senador disse que perdeu "um amigo e companheiro". — José Alencar era um homem público extraordinário, que soube engerar a junção do capital e do trabalho. A consequência foi o crescimento do país — disse o senador, que também destacou o lado empresarial do ex-vice.

WALDEDIR MOKA

Afirmou que José Alencar, empresário preocupado com o setor produtivo, sempre manteve o foco na criação de renda e na melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Ressaltou em José Alencar o "crítico sincero" que divergia do governo em diversas ocasiões, porém, o fazia "de frente".

RANDOLFE RODRIGUES

Enfaticizou a capacidade do ex-vice-presidente de unir os contrários. Destacou os legados deixados: o político, de "um cidadão que percebe concretamente como o Brasil deve ser enquanto uma das maiores economias do planeta"; e o humano, com sua luta pela vida e a postura no combate à doença.

LINDBERGH FARIAS

Disse ter sugerido ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e ao presidente do Instituto Nacional de Câncer (Inca), Luiz Antonio Santini, que incorporassem o nome de Alencar ao do órgão, não apenas uma homenagem, mas sim um exemplo aos brasileiros pela forma como ele enfrentou a doença.

CASILDO MALDANER

Ressaltou a dignidade com que José Alencar enfrentou o câncer e destacou sua capacidade de transmitir às pessoas, em meio a sua dor e a sua luta, a fé e a vontade de lutar. — Psicologicamente, ele transmitia conforto a muita gente, a milhares de pessoas neste país — afirmou.

ITAMAR FRANCO

Lembrou que José Alencar sempre defendeu o interesse nacional. Foi assim, disse, em episódio em que ficou contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, em 1997. A época, José Alencar afirmou que a venda da estatal equivalia a "17 dias do pagamento do serviço da dívida externa".

WELLINGTON DIAS

Disse que José Alencar, pela grande capacidade de luta demonstrada durante o seu tratamento e, sobretudo, pelo seu amor à vida, é um exemplo a ser seguido por todos os brasileiros. — Cada vez que ele era internado, cada vez que ele saía dali, dava uma palavra. — afirmou.

VANESSA GRAZZIOTIN

Afirmou que os brasileiros aprenderam a respeitar e a amar José Alencar "por sua luta pela vida, o maior bem que todos nós temos, como ele dizia". Vanessa destacou que o conheceu em 2002, enquanto ele fazia campanha pelo candidato Lula, segundo ela, "de forma vigorosa e apaixonada".

EDUARDO BRAGA

Afirmou que "o povo brasileiro e o país aprenderam a admirar não apenas o político, o empresário, mas também o cidadão, pai de família, que mostrou que mesmo aqueles que nascem humildes, pelo seu talento e dedicação, podem vencer na vida economicamente, socialmente e politicamente".

PEDRO SIMON

O senador exaltou, entre as inúmeras qualidades de José Alencar, sua lealdade ao ex-presidente Lula. Pedro Simon recordou que, no início do governo Lula, em 2003, Alencar foi uma espécie de fiador, por sua credibilidade como empresário de sucesso, dando tranquilidade ao mercado financeiro.

PAULO DAVIM

Um homem afável, agradável, acessível, de conversa franca e farta. Assim o senador definiu José Alencar. Falando sobre os benefícios que as empresas de Alencar levaram ao Rio Grande do Norte, Paulo Davim afirmou que as duas unidades da Coteminas em Natal geram milhares de empregos.

Morte de José Alencar comove o Plenário

Ex-vice-presidente da República e ex-senador morreu ontem de câncer, após emocionar e inspirar o país com seu exemplo de coragem e resistência à doença



Homenageado ano passado pelo Plenário do Senado, José Alencar se emocionou

O EX-SENADOR E ex-vice-presidente da República José Alencar morreu ontem à tarde, aos 79 anos, no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, depois de uma batalha de 13 anos contra o câncer. Conhecido pelo largo sorriso, bom humor e otimismo, Alencar passou por 17 cirurgias e dizia não ter medo da morte, mas lutava sempre pela vida.

O anúncio da morte de José Alencar foi feito ao Plenário pelo presidente José Sarney, "com grande pesar e emoção", e comoveu os senadores, que participavam de sessão de homenagem ao ex-senador e ex-governador de São Paulo Mario Covas, morto há dez anos.

— Perdemos um grande brasileiro, um grande político, um gladiador pela vida que tinha coragem de discordar e coragem de concordar — disse Sarney, destacando a solidariedade demonstrada por Alencar quando vice-presidente.

próprio negócio, contando com a ajuda de seu irmão Geraldo Gomes da Silva. Era casado com Mariza, com quem comemorou bodas de ouro e teve três filhos: Maria da Graça, Patrícia e Josué Cristiano. Também teve netos e bisnetos.

Em 31 de março de 1950, abriu sua primeira empresa, denominada A Queimadeira, onde vendia diversos artigos, tais como chapéus, calçados, tecidos e guarda-chuvas. Iniciou seu segundo negócio na área de cereais por atacado, ainda em Caratinga. Em 1963, constituiu a Companhia Industrial de Roupas União dos Cometas, que mais tarde passou a se chamar Wembley Roupas S.A.

Em 1967, em parceria com o empresário Luiz de Paula Ferreira, fundou em Montes Claros (MG) a Coteminas. Foi presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), entre outros cargos.

Candidatou-se às eleições para o governo de Minas Gerais em 1994, mas não foi vitorioso. Em 1998, disputou uma vaga para o Senado e conseguiu se eleger com quase 3 milhões de votos.

Sarney declarou estar comovido com a notícia e acrescentou que tentaria comparecer ao velório do ex-senador, "um homem público extraordinário".

— Ele deixa seu exemplo pessoal, sua correção, a maneira com que ele enfrentou a doença e lutou pela vida, a maneira com que ele soube sofrer, isso tudo é, sem dúvida, uma lembrança que o povo brasileiro jamais vai esquecer — afirmou Sarney, destacando a fé do político mineiro, além da postura estoica e corajosa com que enfrentou a doença.

Vários senadores e senadoras passaram então a homenagear José Alencar. A obstinação e o pensamento independente do político mineiro foram destacados como parte da herança que ele deixa para a população brasileira.



José Alencar foi vice-presidente por oito anos e pautou sua atuação pelo combate aos juros altos

ACIR GURGACZ

O parlamentar afirmou que José Alencar e o ex-presidente Lula governaram o país com muita maestria. Lembrou também a postura independente do ex-vice-presidente, que criticou a política econômica do seu próprio governo, sobretudo a manutenção de altas taxas de juros.

SÉRGIO PETECÃO

Em nome de seu partido e do povo do Acre, o senador ressaltou a humildade de José Alencar, "o grande empresário que aceitou ser vice de um homem humilde", marcando, assim, a história política e empresarial do país. Petecão ressaltou a grande contribuição de José Alencar ao governo Lula.

O corpo de José Alencar será velado hoje no Palácio do Planalto e amanhã na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Ele será enterrado no mesmo dia, em Belo Horizonte. A presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula estão em Portugal e anteciparam o

retorno para esta tarde. O governo federal decretou luto de sete dias. O senador Fernando Collor (PTB-AL) lamentou o falecimento em nota. — O Brasil perde um dos homens mais lúcidos da nossa política. Um homem contemporâneo do seu tempo.



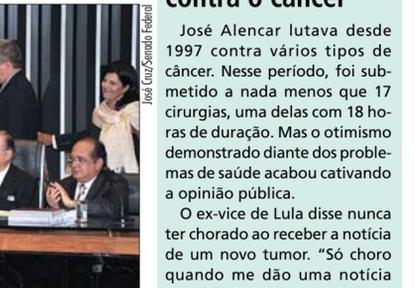
Ao lado do presidente do Senado, José Sarney, em uma das suas interinidades na Presidência. Subindo a rampa do Congresso, como vice eleito de Lula, e na sessão de abertura do ano legislativo, em fevereiro de 2010



Em uma de suas muitas internações, recebendo a visita de Lula e Dilma. No Senado, com a mulher, filhos e netos, na entrega do Diploma José Ermírio de Moraes



Em uma de suas muitas internações, recebendo a visita de Lula e Dilma. No Senado, com a mulher, filhos e netos, na entrega do Diploma José Ermírio de Moraes



Em uma de suas muitas internações, recebendo a visita de Lula e Dilma. No Senado, com a mulher, filhos e netos, na entrega do Diploma José Ermírio de Moraes

Exemplo de vida na luta de 13 anos contra o câncer

José Alencar lutava desde 1997 contra vários tipos de câncer. Nesse período, foi submetido a nada menos que 17 cirurgias, uma delas com 18 horas de duração. Mas o otimismo demonstrado diante dos problemas de saúde acabou cativando a opinião pública.

O ex-vice de Lula disse nunca ter chorado ao receber a notícia de um novo tumor. "Só choro quando me dão uma notícia boa." Religioso, repetia uma frase cada vez que lhe perguntavam sobre sua saúde: "Se Deus quiser me levar, Ele não precisa de câncer pra isso... e se Ele não quiser que eu vá, não há câncer que me leve".

Em outubro, sofreu um edema agudo do pulmão e, no mês seguinte, foi vítima de enfarte agudo do miocárdio. Anteontem, foi internado pela última vez, e o boletim médico não deixava dúvidas ao anunciar "quadro de suboclusão intestinal (obstrução do intestino com sangramento), em condições gravíssimas".

MARTA SUPLYCY

Segundo a senadora, José Alencar "construiu um império de empresas" graças ao trabalho. A parlamentar também destacou a determinação e a coragem de Alencar como exemplo para muitas famílias que convivem com o câncer. — Apesar da dor, ele sorria e mostrava vontade de viver.

CRISTOVAM BUARQUE

Aos "jovens brasileiros descrentes da política", Cristovam Buarque disse que José Alencar nasce agora como "personagem histórico" por sua crença na política exercida com honradez, sua coerência, sua resistência física no combate à doença, sua vida e sua atuação do homem de negócios bem-sucedido.

GLEISI HOFFMANN

Afirmou que Alencar "credenciou" a candidatura à Presidência de Lula, pois "trouxera respeitabilidade de um setor da sociedade com que não tínhamos articulação, com que não tínhamos interlocução. Graças a ele, conseguimos fazer com que o presidente Lula fosse presidente deste país".



Em uma de suas muitas internações, recebendo a visita de Lula e Dilma. No Senado, com a mulher, filhos e netos, na entrega do Diploma José Ermírio de Moraes



Em uma de suas muitas internações, recebendo a visita de Lula e Dilma. No Senado, com a mulher, filhos e netos, na entrega do Diploma José Ermírio de Moraes



Em uma de suas muitas internações, recebendo a visita de Lula e Dilma. No Senado, com a mulher, filhos e netos, na entrega do Diploma José Ermírio de Moraes

Homenagem a um dos fundadores do PSDB contou com a presença do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, e do ex-governador José Serra. Para Sarney, homenageado era um patriota de personalidade brilhante

Plenário homenageia memória do ex-senador e ex-governador Mario Covas

O PLENÁRIO HOMENAGEOU ontem a memória do ex-senador e ex-governador paulista Mario Covas (1930-2001). A homenagem foi solicitada pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS). Além de senadores e deputados, a sessão contou

com a presença do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin; do deputado estadual e secretário do Meio Ambiente de São Paulo, Bruno Covas, neto do homenageado e representante da família; e do ex-governador de São Paulo José Serra.

O presidente do Senado, José Sarney, disse que sempre teve uma grande admiração por Mario Covas, tendo com ele compartilhado dois mandatos no Senado. Conheceram-se como deputados federais, em 1962. De acordo com Sarney,

Mario Covas "era um homem que tinha uma cultura profunda e, ao mesmo tempo, se aprofundava nos debates". Manifestava a todos "sua personalidade brilhante, seu patriotismo, sua coragem, sua bravura cívica".



José Serra, Aécio Neves, Geraldo Alckmin, Marta Suplicy, Marisa Serrano e Bruno Covas, neto do homenageado: destaque às qualidades de homem público

Para Aécio, ele foi um exemplo e uma inspiração

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) lembrou ontem que, quando governava Minas Gerais, mantinha na biblioteca do Palácio das Mangabeiras uma foto em que Mario Covas e ele se abraçam. Aécio assinalou que a foto ocupava o mesmo espaço destinado a lembranças de familiares.

– Covas frequentou todos esses anos minha intimidade, bem ao lado de uma foto do meu avô Tancredo [Neves], como inspiração permanente, não apenas a um modesto governador, mas ao homem público e cada uma das suas convicções. Em muitos momentos aflitivos no processo de governança em Minas, recorri a eles. Imaginava muitas vezes o que fariam se tivessem pela frente problemas grandiosos como os que enfrentamos – afirmou.

Aécio Neves disse que nunca se frustrou ao buscar naquelas fotos, "algumas já amareladas pelo tempo", e na história viva de cada um, respostas seguras para as decisões difíceis que precisava tomar. Ele assinalou que o exemplo de Covas continua a influenciar a formação de novos políticos e de novos administradores públicos em todo o país.

Luiz Henrique destaca fidelidade às convicções

O senador Luiz Henrique (PMDB-SC) lembrou ocasião em que disputou a liderança da Assembleia Nacional Constituinte com o colega, em fevereiro de 1987. Ele relatou que, após perder no primeiro turno, abriu mão do segundo turno em favor de Covas, porque seu "discurso claro, cristalino, forte, coerente interpretava a vontade da maioria da bancada do partido [PMDB] na Constituinte".

– Era, ao mesmo tempo, discurso de ressurreição do partido, de condução para sua linha histórica, de um caminho para a construção de uma constituição democrática perene. Covas sensibilizou a bancada do PMDB na Constituinte porque tinha uma trajetória de coerência, de sacrifício, de fidelidade às suas convicções. Havia pago com a cassação de seu mandato pela defesa de suas convicções – recordou.

Luiz Henrique referia-se à ocasião em que Covas fez discurso em defesa do deputado Márcio Moreira Alves, em 1968, que redundou na edição do Ato Institucional 5, levando ao endurecimento do regime militar. Márcio Moreira Alves protestava contra a invasão da Universidade de Brasília (UnB) pelos militares.

Marisa exalta legado de moralidade e franqueza

Para Marisa Serrano (PSDB-MS), Mario Covas deixou vivo o legado de moralidade, correção, franqueza, força e firmeza de caráter. Segundo a senadora, o ex-governador foi um estadista e um modelo para a classe política brasileira.

– Mario Covas continua a ser uma das mais importantes referências éticas no Brasil após dez anos de sua morte – disse, destacando que Covas colocou em primeiro plano a transparência e a honestidade.

De acordo com a senadora, o político do PSDB deixou a marca da coragem, da determinação e da lucidez em suas ações, mas especialmente demonstrou como é possível pautar a vida pública pela ética.

Marisa disse que Covas "nunca jogou para a plateia", jamais fez concessões aos grandes vícios e maneirismo da política tradicional ou transigiu com facilidades e nem permitiu que atos difíceis de serem adotados ultrapassassem os limites de sua coerência histórica. A senadora destacou ainda outros traços da personalidade do ex-governador, como a teimosia, a coerência, a perseverança e a integridade pessoal.

"Um homem modesto, de gestos fortes"

Um homem de coragem cívica e pessoal, definiu o senador José Agripino (DEM-RN), ao se referir a Mario Covas, citando as realizações do ex-governador, especialmente a recuperação econômica do estado de São Paulo.

– Foi um calvário de meses e anos até a recuperação, pelo equilíbrio fiscal que impôs, com sacrifício político – disse o senador.

Agripino classificou Covas como um homem modesto, mas de gestos fortes e relembrou quando Covas, governador, se dirigiu a uma "multidão enfurecida de manifestantes" para conversar. "Era importante por ser um homem de atitudes", resumiu.

Marta lembra apoio para vencer eleição

A senadora Marta Suplicy (PT-SP) fez um breve relato biográfico do homenageado. A parlamentar lembrou que o apoio de Covas foi fundamental para a eleição dela como prefeita de São Paulo, em 2000. Marta relatou que Covas, já doente, postergou sua internação para comunicar oficialmente apoio à candidatura dela, em segundo turno.

– Acredito que as divergências partidárias não poderiam jamais servir para diminuir o homem por trás da liderança política.

Paim: na Constituinte, ele foi um líder

Sentimentos, saudade, reverência e respeito, expressou o senador Paulo Paim (PT-RS) em relação ao homenageado de ontem.

– Tive a honra de conhecer Mario Covas durante a Constituinte. Ele foi o líder do bloco progressista e da centro-esquerda, um veterano que nos ensinou muito com a sua sabedoria – disse.

Paim lembrou que, mesmo sendo de partidos diferentes, eles estiveram, na Constituinte, "na mesma trincheira, unidos pela perspectiva de dar direitos e oportunidades iguais a todos os brasileiros".

Ao relembrar o discurso de Covas em 12 de dezembro de 1968, em defesa do deputado Márcio Moreira Alves, prestes a ter seu mandato cassado pelo regime militar, Paim contou que a Câmara naquele dia era "um caldeirão de angústias", mas se silenciou para ouvi-lo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Marisa Serrano • Ciro Nogueira • Wilson Santiago

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920



Deputado Jean Wyllys (E) e as senadoras Marta Suplicy e Marinor Brito (D)

Relançada Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT

O Brasil retrocedeu no reconhecimento dos direitos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (reunidos sob a sigla LGBT), ficando atrás de países antes mais conservadores, como Argentina, Portugal e Espanha, afirmou ontem a senadora Marta Suplicy (PT-SP), no relançamento da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, integrada por 175 congressistas.

– Enquanto na Argentina hoje tem casamento gay, no Brasil temos espancamentos na Avenida Paulista – lamentou a senadora.

Marta criticou o Legislativo por “não ter coragem” de se posicionar em relações aos direitos dos cidadãos LGBT. Por isso, segundo ela, o Judiciário e o Executivo vêm decidindo no lugar do Legislativo.

– O Congresso Nacional se apequenou e isso não convive com a sociedade que queremos no Brasil. Há cidadãos e cidadãs que pagam seus impostos e não têm os mesmos direitos. O Legislativo precisa fazer valer os direitos de todos os cidadãos – afirmou Marta, coordenadora provisória da frente.

O deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que divide a coordenação provisória da frente com Marta, está recolhendo assinaturas de deputados para apresentar uma proposta de emenda constitucional (PEC) prevendo o direito ao casamento para casais do mesmo sexo.

O deputado se disse confiante de que o “espírito republicano” prevalecerá, para a aprovação da PEC no Congresso. Wyllys acredita que a medida é necessária mesmo que o Supremo Tribunal Federal (STF) decida estender aos casais do mesmo sexo o direito à união estável, julgamento que está previsto para ocorrer em breve.

– União estável é diferente de casamento e, além disso, os casais de pessoas do mesmo sexo serão obrigados a entrar na Justiça para conseguir a união estável, mesmo que o STF decida favoravelmente – explicou.

Ele acredita que o papel da frente deve ser tocar projetos que garantam direitos à comunidade LGBT e lutar publicamente contra a homofobia.

Espanhol diz que é hora de o Brasil ampliar direitos

“Agora é a vez do Brasil. O mundo olha o Brasil, um país muito importante e que precisa avançar na justiça social. E garantir direitos iguais a seus cidadãos é justiça social”, afirmou o vereador de Madri Pedro Zerolo, que representou o presidente da Espanha, José Luis Zapatero, no relançamento da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT.

Zerolo pediu aos parlamentares da frente para terem coragem, porque “nela está o segredo da liberdade e da igualdade”. A Espanha aprovou a igualdade no casamento civil em 2005.

– Hoje é um dia histórico, hoje o Brasil começa o caminho para garantir a igualdade LGBT. Não vai ser fácil, mas vamos conseguir, e aqui no Brasil haverá o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo – afirmou Zerolo.

A deputada argentina Vilma Ibarra – autora do projeto de lei que garantiu em 2010 a aprovação da igualdade no casamento naquele país – afirmou que a sociedade argentina discutiu profundamente o assunto e aprovou uma proposta que tratava de igualdade e que mudava as leis civis de um estado laico.

Para ministro, discriminação mina democracia

Na solenidade de ontem, o ministro Lelio Bentes, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), afirmou que o Brasil precisa estender aos direitos humanos o desempenho “sem precedentes” que vem alcançando na economia e no combate à pobreza.

Para Bentes, é fundamental que todos os grupos da sociedade tenham garantidos seus direitos. No seu entender, a discriminação enfraquece os direitos democráticos. Por isso, ele pediu ajuda ao Legislativo no cumprimento das determinações de igualdade da Constituição.

– Mais do que combater a intolerância, é necessário que todos sejam convencidos de que o outro também é portador de direitos, que devem ser respeitados como exigimos que os nossos sejam – defendeu Bentes.

O presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, disse que a prioridade é a aprovação do PLC 122/06, que criminaliza todas as formas de discriminação, inclusive a homofobia.

Comissão de Educação aprova em decisão terminativa projeto que pune com crime de responsabilidade as autoridades públicas que não respeitarem a determinação

Escolas públicas deverão ter instalações esportivas

AS ESCOLAS PÚBLICAS de educação básica deverão contar com instalações apropriadas à prática de esportes olímpicos, segundo projeto de lei do Senado (PLS 481/09) do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De acordo com a proposta, a autoridade que não cumprir a lei incorrerá em crime de responsabilidade. Como não foram apresentadas emendas desde a aprovação inicial do texto, o presidente da CE, senador Roberto Requião (PMDB-PR), declarou o projeto aprovado.

Da mesma forma, Requião declarou definitivamente aprovado, em decisão terminativa, o PLS 397/08, da ex-senadora Fátima Cleide, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para estabelecer que os profissionais de educação que

trabalham em regime de 40 horas semanais dediquem metade da carga horária a “atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas na interação com os alunos”.

A CE também deu parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 146/10) relatado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) que declara Nilo Peçanha “patrono da educação profissional e tecnológica”. Em seu voto favorável, Paim recorda a criação em 1909, pelo presidente Nilo Peçanha, de 19 escolas de aprendizes e artífices, considerada pelo senador como “um marco na construção de um sistema educacional direcionado para a formação técnica e profissional”. As escolas criadas por Peçanha, ressalta ainda Paim, tornaram-se escolas técnicas federais.

Já o PLS 2/10, de Cristovam Buarque, que autoriza o governo federal a instituir o chama-

do *royalty*-criança e o Fundo Nacional da Educação Básica (FNEB), teve sua votação adiada a pedido dos senadores, para nova análise.

Segundo a proposta, que tem voto favorável do relator, Pedro Simon (PMDB-RS), o *royalty*-criança equivalerá aos recursos que couberem à União como resultado da exploração do petróleo na camada pré-sal. Esses recursos seriam destinados ao FNEB, para aplicação apenas em educação básica – e não em outras áreas previstas no Fundo Social já criado pelo governo, como ciência e meio ambiente.

– A divisão de recursos, como a lei determina, resultará em uma geleia geral. Sou favorável a que se destinem os recursos à educação – disse Simon, que apresentou emenda para tornar o projeto autorizativo, uma vez que se trata de competência exclusiva do Poder Executivo.



Presidente da CE, Roberto Requião concede vista coletiva ao projeto de lei que cria o chamado *royalty*-criança

Paim dirige Subcomissão de Emprego e Previdência

A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social – vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – será presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS) no biênio 2011/2012. Sua eleição, e a da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) para o cargo de vice-presidente, aconteceu ontem, quando também foram apresentadas as prioridades do plano de trabalho para o período.

Segundo Paim, os esforços devem se voltar para a revisão do fator previdenciário (reduzidor de aposentadorias e pensões do setor privado), a política de valorização dos benefícios pagos pelo INSS, o incentivo ao ingresso de jovens e profissionais experientes no mercado de trabalho e o combate a desvios no programa de seguro-desemprego, bancado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

– Precisamos ter uma previdência universal, que seja igual para todos. O fator previdenciário só massacra o mais pobre, pois retira, na aposentadoria, metade do valor de quem ganha abaixo do teto de R\$ 3,7 mil – defendeu Paim.

Wellington Dias assume subcomissão do crack

Wellington Dias (PT-PI) e Ana Amélia (PP-RS) foram eleitos ontem presidente e vice-presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, vinculada à CDR, para o biênio 2011/2012.

O primeiro requerimento de audiência deve ser votado amanhã, às 9h, e solicita a vinda ao Senado da secretária nacional de Políticas sobre



Paim é cumprimentado por Ana Amélia e Casildo Maldaner (D)

Drogas, Paulina do Carmo Arruda Vieira Duarte. Antes de ouvir as entidades dedicadas à área, Wellington Dias quer debater as políticas públicas voltadas à prevenção ao consumo, ao tratamento e à reinserção social de dependentes. Deverão ser convidados representantes dos ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Social, da Educação e do Trabalho; da Casa Civil da Presidência; e do Ministério Público da União. Segundo Wellington, o trabalho terá quatro focos: prevenção; tratamento e reinserção social; rede de qualificação profissional para a área; e mobilização das organizações sociais para atender os dependentes e suas famílias.

Por unanimidade e em votação secreta, futuros conselheiros tiveram seus nomes ratificados. Luto no Senado adia apreciação pelo Plenário

CAE aprova indicações de dois membros do Cade

APÓS SABATINAR OS dois indicados, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem por unanimidade e em votação secreta os nomes de Marcos Paulo Veríssimo e Elvino de Carvalho Mendonça para conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No entanto, apesar do regime de urgência com que tramitam, as indicações só deverão ser votadas pelo Plenário do Senado na semana que vem, devido à morte do ex-vice-presidente José Alencar. As sessões deliberativas marcadas para hoje e amanhã foram canceladas ontem pelo presidente do Senado, como parte do luto pela morte de Alencar.

O Cade é uma autarquia vinculada ao Ministério da Justiça e tem como atribuições orientar, fiscalizar, prevenir e apurar abusos de poder econômico, exercendo papel tutelar de prevenção e de repressão nessa área.

Durante a sabatina, Marcos Paulo Veríssimo afirmou que enfrentará quatro grandes desafios: a atuação efetiva no equilíbrio da concorrência e na defesa dos jurisdicionados; a articulação das normas de Direito econômico e concorrencial com as demais áreas do Direito e com outros órgãos; o combate às condutas anticompetitivas; e a implementação de um novo projeto de lei para o sistema de concorrência.

– Esses desafios só me dão mais motivação e disposição de trabalhar muito para cooperar como puder com o cargo, caso seja aprovado – afirmou Veríssimo.

Elvino de Carvalho lembrou que desde 2006 elabora pareceres para o sistema de defesa econômico.

– Deixo a mensagem de que honrarei todas as atribuições que a mim forem designadas no exercício do cargo, caso seja aprovado – garantiu Elvino.

Omissão

Logo no início da sabatina, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) afirmou ter obtido informações na internet de que ambos os indicados ainda trabalhavam para escritórios privados de advocacia, embora não houvesse menção a tais vínculos nos



Os indicados Marcos Paulo Veríssimo (E) e Elvino de Carvalho Mendonça respondem aos senadores, observados por Delcídio Amaral e Lobão Filho

currículos enviados ao Senado.

Os dois indicados confirmaram que prestaram consultoria para escritórios, mas garantiram que já deixaram os cargos. Demóstenes observou, então, que não havia motivo para omitir tais informações dos currículos enviados.

O presidente do colegiado, Delcídio Amaral (PT-MS), aproveitou para anunciar que pretende submeter à CAE uma proposta de normatização das sabatinas, com regras mais claras sobre o assunto.

Marinor Brito (PSOL-PA) perguntou aos candidatos se pretendem trabalhar para impedir a existência dos grandes oligopólios e fusões prejudiciais ao sistema concorrencial.

Veríssimo afirmou que “não é possível tolerar infração à lei”, mas ponderou que é preciso analisar caso a caso, pois “nem sempre um comportamento uniforme significa que os preços sejam configurados como cartel”.

Vários senadores elogiaram o currículo dos dois candidatos e fizeram perguntas pontuais sobre a situação de determinadas fusões e incorporações, bem como a interpretação da lei antitruste em questões específicas.

Indústria entrega agenda legislativa a Sarney

A Agenda Legislativa da Indústria 2011 foi entregue ontem pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, deputado Marco Maia. O documento lista 128 projetos de interesse do setor industrial em tramitação no Congresso. São 11 projetos a mais do que a agenda do ano passado.

Dentro da publicação está incluída uma pauta mínima – 21 projetos considerados de alta prioridade pelo setor

industrial, com grande impacto, positivo ou negativo, no ambiente de negócios.

Robson Braga de Andrade destacou o crescimento do país nos últimos anos, mas pediu a desoneração das despesas do setor para que a indústria brasileira seja mais competitiva.

– O Brasil é hoje uma economia de alto custo. É preciso adequar nossa legislação aos desafios – disse.

Após receber a 16ª edição, cujo foco recai sobre o aumento da competitividade da economia brasileira, Sarney classificou como válida a ela-

boração de uma agenda com as prioridades para a indústria, mas observou que o desenvolvimento do país não depende apenas da aprovação de leis.

– As leis devem ser feitas para exigência da sociedade e para solução dos problemas, mas o Congresso Nacional não pode ser a bacia das almas onde todas as coisas se transformam e podem se resolvidas – assinalou.

Sarney reiterou ainda que, para seguir um ciclo ascendente, o Brasil precisa investir mais em educação, pesquisa e infraestrutura.



Sarney abraça o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, ao lado do presidente da Câmara, deputado Marco Maia

Cafeteira alerta sobre aeroporto de São Luís

O senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) se disse ontem preocupado com a interdição do terminal de passageiros do aeroporto de São Luís. Segundo ele, o aeroporto começou a ruir devido a problemas apresentados na execução das obras feitas pela Infraero. Cafeteira fez um apelo ao ministro da Defesa, Nelson Jobim, para que tome as providências necessárias para sanar os problemas causados pela



Cafeteira pede ajuda do ministro da Defesa para solucionar problema

interdição.

– Para se ter uma ideia do caos instalado, os passageiros estão sendo acomodados no estacionamento com instalações improvisadas, gerando incômodo e riscos para todos – lamentou.

Senador Vital do Rêgo preside CMO em 2011

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) será presidida, em 2011, pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB). Aclamado presidente na reunião de ontem, o parlamentar designou o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) como relator do Orçamento de 2012.

O primeiro vice-presidente da comissão será o deputado Sérgio Guerra (PSDB-PE), e o segundo vice, o senador Cyro Miranda (PSDB-GO).



Vital do Rêgo escolheu Chinaglia com relator do Orçamento 2012